



**Greve!**  
**nós fazemos!**

## MENSAGENS AO CONGRESSO DA FNE

*“No vosso país, a FNE é o principal parceiro da Internacional da Educação (IE) e também no âmbito mais global. A vossa voz é importante na IE (...). Dependemos do vosso empenhamento em nos ajudar a promover a mensagem da qualidade da educação pública e de um serviço público para todos.*

*(...) organizações como a vossa juntam-se a outras oriundas de todo o mundo para determinar o melhor modo de enfrentar os cortes orçamentais nos próximos anos. Não podemos permitir que tais cortes continuem. Os efeitos das reduções drásticas nas despesas com a educação minarão os esforços dos sindicatos na defesa e na promoção dos interesses dos seus associados e da qualidade da educação, em geral. É um problema global que exige solução global.*

*Hoje, mais do que nunca, a unidade é a chave para o nosso sucesso – a solidariedade dentro e entre os sindicatos é extremamente relevante.”*

(Fred Van Leuwen – Secretário Geral da Internacional da Educação)

*“A FNE é um pilar no nosso trabalho no CSEE e é importante relevar a cooperação entre a vossa organização e a vossa representante na Europa.*

*Os desenvolvimentos da Educação na Europa são um tema importante para a sociedade civil. E, numa época de recessão económica, é cada vez mais importante aumentar o investimento na educação de modo a inverter a espiral negativa. Mas, de certo modo, alguns governos estão a aproveitar a crise financeira para introduzir mudanças na educação, que nada têm a ver com a crise. E, em alguns casos, os governos tentam combater os sindicatos e a sua influência adiando e evitando o diálogo social e diminuindo a capacidade de acção dos sindicatos. O CSEE não pode aceitar tal atitude e lutará, ao lado das organizações filiadas, contra estes ataques aos nossos direitos.*

*É em épocas como estas que temos necessidade de mostrar a nossa solidariedade e de mostrar que os sindicatos estão aqui, presentes, para proteger os interesses dos nossos sócios.”*

(Martin Romer, Secretário Geral do CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação)

### FICHA TÉCNICA NF

Novembro 2010

**proprietário** Federação Nacional da Educação

**director** João Dias da Silva

**colaboradores** Cristina Ferreira • Gabriel Constantino • José Ricardo • Paulo Amadeu • Paulo Fernandes • Pedro Barreiros • Rafael Marques • Rodrigo Peguicha • Sota Martins

**sindicatos membros** Sindicato dos Professores da Zona Norte • Sindicato dos Professores da Zona Centro • Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa • Sindicato Democrático dos Professores do Sul • Sindicato Democrático dos Professores dos Açores • Sindicato Democrático dos Professores da Madeira • Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas • Sindicato dos Técnicos Superiores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte • Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro • Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

**redação** Rua Costa Cabral, 1035 • 4200-226 Porto • tel. 225073880 • fax 225092906 • secretariado@fne.pt

**design gráfico** Isabel Santos

**impressão** Maiadouro

**distribuição** FNE

**tiragem** 25000 exemplares

### ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4 - A GREVE É INDISPENSÁVEL, JUSTA E NECESSÁRIA... • 6 - UM CONGRESSO QUE AFIRMOU. UM FUTURO MELHOR NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL PASSA POR NÓS • 12 - SAUDAÇÃO À GREVE GERAL DE 24 DE NOVEMBRO • 14 - A GREVE É A RESPOSTA ADEQUADA À DIMENSÃO DA INJUSTIÇA DAS MEDIDAS DETERMINADAS PELO GOVERNO

# editorial

## Não se pode desvalorizar a educação



Quando as economias estão em dificuldades, o sector da educação é logo maltratado: cortam-lhe recursos, limitam a sua acção, reduzem áreas de trabalho. É assim no nosso País e às vezes noutros países.

No nosso País, estamos hoje perante uma crise de dimensão financeira, económica e social nunca vista que se deixou arrastar para proporções inacreditáveis, pese embora os múltiplos avisos que de diferentes quadrantes foram lançados, para que não se não atingisse a situação a que chegámos.

As respostas encontradas foram-se traduzindo nos sucessivos PEC's e na proposta de Orçamento do Estado que está agora em debate na Assembleia da República. Em todas as circunstâncias, os trabalhadores da administração pública, e portanto os docentes e os trabalhadores não docentes estiveram na linha da frente dos convocados para contribuírem para a solução do problema. E, desta vez, até com inclusão dos próprios aposentados, que vão ver reduzidas as suas condições de vida.

Chegámos a um ponto até de muito duvidosa legalidade, e que consiste na redução dos salários dos trabalhadores da administração pública, a que se acrescenta um novo congelamento das admissões e das progressões em carreira, um novo regime de IRS e um crescimento de 2% no IVA para a generalidade dos produtos e serviços.

Decorre entretanto na Assembleia da República o debate na especialidade sobre o Orçamento de Estado para 2011; para além das medidas já referidas, a proposta do Orçamento prevê ainda outros constrangimentos na área da educação, como a eliminação da área de Projecto e do Estudo Acompanhado ao nível dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, a diminuição dos créditos horários das escolas, a redução dos créditos para assessorias, e o que mais se verá em seguida.

Da nossa parte, não estamos disponíveis para dar aval a medidas que, podendo responder no imediato a situações de emergência, põem em causa o futuro colectivo.

Não se pode desvalorizar o investimento em educação; é obrigatório garantir ofertas educativas de qualidade. De outra forma, estaremos a desconsiderar o papel estratégico da educação como garantia do crescimento, do desenvolvimento e da coesão social.

fine

# A GREVE É INDISPENSÁVEL, JUSTA E NECESSÁRIA...

Os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país enfrentam um insustentável nível de desemprego, de insegurança e precariedade, de redução da protecção social e um agravamento das desigualdades sociais, com maior pobreza e exclusão.

Depois das medidas gravosas do Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC 2 – o PEC 3, apresentado pelo Governo, é extremamente grave, aprofunda a ofensiva contra os trabalhadores dos sectores público e privado e a população em geral, e condiciona ainda mais o desenvolvimento económico e social do país.

É inaceitável a redução dos salários, o congelamento geral das pensões, a redução do RSI e do abono de família e de outras medidas que pouco têm a ver com a redução do défice e põem em causa o direito e a efectividade da negociação colectiva, que vêm contribuir para maiores desigualdades sociais e fazem sempre dos que vivem do seu trabalho e dos mais pobres, os sacrificados pela crise.

Por isso, combatemos e combateremos políticas subordinadas aos grandes interesses económicos e à especulação financeira, que visam agravar sempre mais e mais os sacrifícios exigidos aos trabalhadores no activo ou na reforma e aos desempregados.

Não aceitamos que se pretenda retirar da Constituição a proibição do despedimento individual sem justa causa ou se faça da desregulação laboral uma pseudo arma de produção do emprego, que não deu resultados positivos em nenhum país europeu e muito menos deu ou dará em Portugal.

Rejeitamos completamente o discurso patronal que exige mais sacrifícios a

quem trabalha, para aumentar os lucros aos detentores do capital, sem preocupação com o investimento criador de empregos e a modernização das empresas.

Exigimos que sejam tomadas medidas eficazes de ataque aos privilégios, aos capitais financeiros especulativos, à fuga para os paraísos fiscais e que garantam a eliminação dos benefícios fiscais de que gozam as grandes empresas e particularmente os bancos.

O nosso País, junto com a Grécia, Espanha e Irlanda está sujeito a um forte ataque dos mercados financeiros, que exige uma resposta adequada, que não passe apenas pela redução do défice, nem pela submissão aos especuladores que procuram lucro fácil.

A União Europeia, e a generalidade dos governos dos países que a integram, são responsáveis pelas políticas económicas que não asseguram o Crescimento e o Emprego e põem em causa os fundamentos da Europa Social.

É chegada a hora de unir esforços e vontades para lutar por uma mudança de políticas que respondam às necessidades e justos anseios dos trabalhadores e das populações em geral.

## É fundamental assumir:

- ∴ O combate ao desemprego e à precariedade, como prioridade das prioridades;
- ∴ A necessidade de crescimento e emprego com direitos, por via do investimento público, particularmente em áreas sociais ou modernizadas da economia e do investimento privado, praticamente paralisado;

- ∴ O combate à pobreza e à exclusão e, em geral, às desigualdades sociais, o que exige o aumento do salário mínimo para 500€ em Janeiro de 2011, e do rendimento mínimo e dos apoios sociais, em especial aos desempregados, pensionistas e idosos;
- ∴ A defesa do direito à negociação e dinamização da contratação colectiva, como instrumento de progresso social, o que passa pelo aumento real dos salários, como imperativo nacional para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento do país;
- ∴ O combate a todas as ilegalidades e a exigência de uma actuação firme das inspecções, em particular da Inspeção Geral do Trabalho pela efectivação das normas legais e contratuais, contra a precariedade e os vínculos ilegais, pelo respeito pelos acordos e pelos horários de trabalho e no combate às violações das condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;
- ∴ A apresentação de um Orçamento de Estado para 2011 que seja de Crescimento e Emprego para dar resposta aos problemas dos trabalhadores, das famílias e do País e não apenas de combate ao défice e aos desequilíbrios estruturais com que nos confrontamos.

## É imperioso manifestar a determinação na luta:

- ∴ Contra a revisão da Constituição ou da Legislação do Trabalho, que ponha em causa os direitos dos trabalhadores;

- ∴ Contra quaisquer medidas que permitam a redução de vencimentos dos trabalhadores no sector empresarial do Estado, público e privado;
- ∴ Na defesa de uma Administração Pública de qualidade e bem gerida, o que exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- ∴ Na defesa do trabalho digno;
- ∴ Contra medidas que ponham em causa o Estado Social, garante da igualdade de oportunidades para todos;
- ∴ Pela exigência do combate efectivo à fraude e à evasão fiscal e à economia clandestina.

Independentemente desta clara demonstração de descontentamento, reafirmamos a nossa disponibilidade para o diálogo social e a negociação colectiva, na procura de compromissos mobilizadores para a promoção de melhores condições de vida e de trabalho, de melhoria do sector produtivo, nomeadamente, com uma política industrial, agro-alimentar e energética, capaz de gerar riqueza e de promover a sua justa distribuição, aumentar as exportações, reduzir a dependência em importações e de procurar garantir o auto-abastecimento nacional.

Pelas razões e objectivos expostos decidimos convocar uma GREVE GERAL, para o próximo dia 24 de Novembro de 2010, apelando a todos os trabalhadores, permanentes ou precários, do sector público ou privado, sindicalizados e não sindicalizados, e a todos os sindicatos para que se juntem pela mudança de políticas, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pelo aumento dos salários e das pensões, num Portugal de progresso económico e social e de justiça e de solidariedade.

A verdade é que as medidas que o Governo pretende impor no âmbito do Orçamento de Estado para a Educação em 2011 implicam o segundo maior corte a nível do Estado, atingindo o valor de 800 milhões de euros, ou seja, menos 11,2 % em relação a 2010. Os cortes que são apontados para a educação constituem a completa negação do discurso político



que os últimos anos de governação ditaram em prol da escola pública e no investimento de um ensino de qualidade.

O corte violento de 800 milhões de euros na educação irá repercutir-se inevitavelmente:

- ∴ No incumprimento das metas educativas recentemente fixadas pelo Ministério da educação, nomeadamente no que respeita à redução das elevadas taxas de insucesso e abandono escolar;
- ∴ No atraso do alargamento efectivo da escolaridade obrigatória para os doze anos de escolaridade com o carácter universal;
- ∴ Nas condições em que as famílias suportarão os elevados encargos impostos aos alunos, face ao seu empobrecimento e à fragilização da acção social escolar;
- ∴ No normal funcionamento das escolas e agrupamentos, agravando as condições de funcionamento interno, nomeadamente no plano pedagógico;
- ∴ No agravamento da instabilidade e precariedade dos docentes com o impedimento de realização de concurso, em 2011;
- ∴ No aumento colossal do número de professores desempregados;
- ∴ Na degradação das condições de trabalho nas escolas, quer de docentes quer de não docentes.

As organizações sindicais abaixo-assinadas recusam este caminho e denun-

ciam as consequências que resultam da aplicação cega de tais medidas.

Recusam este caminho porque ele constitui um assalto violento aos trabalhadores portugueses e em particular aos trabalhadores da educação, causando uma brutal baixa nos seus salários e um impacto muito negativo sobre o emprego no sector da educação.

Recusam este caminho porque ele traça um conjunto insuportável de medidas, através das quais se exige a todos os Trabalhadores da Educação o esforço mais exorbitante dos últimos 30 anos em Portugal.

#### Recusam este caminho porque:

- ∴ Atacam os direitos dos pensionistas, com o congelamento das suas pensões e o agravamento da carga fiscal;
- ∴ Reduzem, com total insensibilidade humana e social, as comparticipações, nomeadamente na saúde, na educação, nas prestações sociais e abono de família e nas deduções fiscais das famílias e dos portugueses;
- ∴ Prenunciam milhares de despedimentos na educação, por via da redução das cargas curriculares e da não renovação de contratos;
- ∴ Colocam milhares de docentes em situação de mobilidade voluntária e em mobilidade especial;
- ∴ Demonstram a total incapacidade do Governo e em particular do Ministério das Finanças em fazer uma gestão competente da Administração Pública;
- ∴ Colocam claramente em causa o Estado Social, ou seja um Estado que proteja os mais desfavorecidos e que seja exigente consigo próprio.
- ∴ Agravam as disparidades sociais e sobretudo não prevê nem garante medidas fiscais justas nem um combate eficaz à fraude e à evasão fiscais.

Ao conjunto de medidas socialmente intoleráveis apontadas no Orçamento de Estado para 2011 exige-se uma resposta adequada dos Trabalhadores da Educação e dos seus Sindicatos.

# UM CONGRESSO QUE AFIRMOU UM FUTURO MELHOR NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL PASSA POR NÓS

Em 23 e 24 de Outubro, realizou-se no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro o Congresso Nacional da FNE.

Cerca de 500 delegados, em representação de todos os sindicatos e de todos os sectores de ensino, afirmaram a unidade da FNE e os caminhos e desafios que se apresentam à acção sindical docente.

Este Congresso foi claro na consciência que temos das múltiplas mudanças sociais que estão a operar-se. E temos consciência de que as organizações sindicais têm de ser actores dos processos de mudança que se estão a desenvolver e elas próprias não podem deixar de promover a sua reorganização interna, adaptando-se ao que são novas dimensões da intervenção sindical. Sem se pôr em causa o que é nuclear e o que é a matriz da acção sindical, foi sublinhado que **temos de estar atentos para podermos responder a novas expectativas de Trabalhadores que vivem novas situações de novas fragilidades.** Com efeito, se nos deixarmos ficar passivamente a ver os acontecimentos a desenrolar-se, sem procuramos a adaptação da nossa intervenção a essas novas exigências, não estaremos a cumprir a obrigação social que sobre nós recai. Por isso se impõe que saibamos reorganizar-nos e que

saibamos encontrar as novas respostas que façam com que os Trabalhadores sintam segurança na nossa acção. **É preciso acabar com a desconfiança nos sindicatos e que não se diga mais que os sindicatos nada são capazes fazer.** Impõe-se que se difunda a confiança nos resultados do trabalho que os sindicatos realizam em sede de negociação. E para isso não podemos desmerecer cada consequência positiva. **Qualquer discurso menorizador dos resultados da inter-**

**venção sindical só lhe retira força.** Por isso, devemos ser orgulhosos de cada resultado positivo, não deixando de o relevar em todas as circunstâncias. Se desmerecermos esta realidade, estaremos a combater a força da intervenção sindical.

Mas o Congresso foi também claro na afirmação de que não nos chega contentarmo-nos com cada resultado. Somos insatisfeitos por natureza. Insatisfeitos connosco próprios e insatisfeitos para obtermos melhor enquadramento para os que representamos. Em termos internos, temos de equacionar novas formas de intervenção social e novas formas de organização interna: **proceder às reorganizações internas que forem necessárias, apostar na chamada de jovens à acção sindical, investir fortemente na formação sindical de dirigentes e activistas sindicais, apostar no caminho da negociação e da concertação, sem pôr em causa a utilização das formas de luta de que podemos dispor.**

Mas o Congresso disse com clareza que não aceitamos que as organizações sindicais sejam secundarizadas na intervenção social que são chamadas a desempenhar. **As organizações sindicais são as únicas formas de organização dos trabalhadores com legitimidade para intervirem na**



# Estás satisfeito? Não? Nós, também não! Vamos fazer Greve!



área da negociação e da contratação colectiva, e devendo ser consideradas como tal em todas as suas consequências. E nem os Governos, nem os empresários se podem arvorar em melhores representantes dos trabalhadores dos que as organizações sindicais a que estes pertencem.

Assim, cabe ao Estado assumir, na legislação e na prática dos governos, que as organizações sindicais disponham dos meios materiais e legais que lhes permitam desenvolver a sua acção. Ao invés de desprestigiar e desvalorizar a intervenção sindical, os governos devem reconhecê-la, valorizá-la e prestigiá-la.

É preciso redefinir o enquadramento jurídico da negociação colectiva, para que primeiros beneficiários da acção negocial desenvolvida sejam os trabalhadores sindicalizados. É que não é justo que quem não suporta os sindicatos acabe por ter os mesmos resultados da acção reivindicativa que eles desenvolvem, a qual se desenvolve exclusivamente com o recurso das

quotizações dos trabalhadores sindicalizados.

Temos consciência de que a nossa opção sindical tem de ser clara, no sentido de que saberemos encontrar o justo equilíbrio entre os momentos em que se deve apostar no diálogo, na negociação e na concertação, e os momentos em que não poderemos abdicar de lutar, pelos meios que tivermos ao nosso alcance, para conseguirmos o que é essencial para os trabalhadores que representamos. **Nem só acordos, nem só lutas.** Em cada momento, saberemos encontrar o caminho que melhor serve os interesses dos trabalhadores.

O Congresso afirmou que o faremos sempre em total independência, sem preocupações de responder a interesses de governos ou de oposições.

Este Congresso analisou a situação política e social, sublinhando que vivemos horas difíceis em Portugal. A proposta de Orçamento de Estado que acaba de entrar na Assembleia da República consti-

tui um conjunto insuportável de medidas através das quais se impõe aos Trabalhadores da Administração Pública o contributo mais expressivo para a solução da crise criada por quem não soube gerir competentemente os recursos de que dispôs para governar Portugal.

Mas não podemos deixar de sublinhar que o próprio Conselho Nacional de Educação afirma com clareza: “Uma Educação de qualidade para todos constitui uma alavanca para sair da crise actual, na medida em que promove a instrução e o enriquecimento cultural dos cidadãos, a sua capacidade de iniciativa, de criatividade e de compromisso com o bem comum. Por isso, e apesar da crise, é fundamental que a Educação e a Formação sejam encaradas como garante do desenvolvimento das pessoas e dos países e, como tal, não devem deixar de ocupar o centro das políticas e constituir uma prioridade do investimento público. A necessidade de tornar mais eficiente o sistema educativo, de racionalizar meios e recursos não deve prejudicar o investi-



mento continuado e consistente na Educação e Formação.”

Ora, não é esta a orientação do Orçamento do Estado para 2011, com cortes significativos em aspectos de impacto relevante na qualidade da educação, de que sublinhamos particularmente a insistência na precarização laboral no sector, na diminuição do tempo em que as crianças e jovens têm acompanhamento educativo assegurado por um docente (pela eliminação no ensino básico da área de projecto e do estudo acompanhado), pela diminuição do crédito horário das escolas – que era uma fonte de recursos para o combate ao insucesso escolar.

Acresce a tudo isto a redução dos salários e das pensões, de contornos legais bem duvidosos, acompanhada de uma alteração brutal dos descontos para o IRS, e ainda aumentos do IVA em relação a produtos essenciais, um novo e inaceitável congelamento das progressões e das promoções, uma diminuição de múltiplos apoios sociais, bem como a redução de transferências para as autarquias (o que lhes diminui a capacidade de resposta para as competências recentemente assumidas nomeadamente na área da Educação). Tudo isto constitui um leque de medidas que claramente põem em causa o Estado Social, ou seja, um Estado que proteja os mais débeis e que seja exigente consigo próprio.

Este Congresso sublinhou que particularmente a FNE não pode deixar de denunciar que as expectativas geradas pelo acordo que a FNE celebrou em 8 de Janeiro passado com o Governo, no que diz respeito às progressões e revalorizações salariais dos docentes então acordadas estão profundamente postas em causa. Porque temos consciência de que se tratou de uma negociação que não envolveu apenas o Ministério da Educação, mas o próprio Ministério das Finanças e da Administração Pública, e todo o Governo, mais sentimos, deploramos e denunciámos a cegueira de quem prometeu a realização dos objectivos constantes desse documento e agora se revela incapaz de os pôr em prática.

O Congresso identificou ainda um conjunto de exigências para a área da Educação:

- ∴ a eliminação da precariedade que afecta milhares de professores contratados que são chamados ano após ano a responderem a necessidades permanentes do sistema educativo e que não vêem reconhecido o direito que lhes pertence de acederem à estabilidade a que legitimamente têm direito trabalhadores do sector privado em idênticas circunstâncias, transformando deste modo o Estado no pior dos patrões;
- ∴ um regime de concursos que dê confiança aos candidatos, por sabe-

reuniões atrás de reuniões, sem que daí resultem quaisquer benefícios para os alunos;

- ∴ uma organização do tempo de trabalho dos docentes em que se distingue claramente o que é o tempo de relação directa com os alunos e o tempo de trabalho do docente para preparação das aulas, da avaliação, do estudo, do estudo e da actualização, respeitando-se por inteiro o direito ao descanso e à presença na família, o que se traduz claramente na campanha da FNE que lembra



rem que as regras não mudam todos os dias, que os prazos são para cumprir, que se respeitam critérios de objectividade e transparência e em que o compadrio é punido;

- ∴ um modelo de avaliação de desempenho de docentes que privilegia a qualidade da relação pedagógica e que não se perde em relatórios sobre relatórios, papéis sobre papéis,

que o tempo de trabalho dos docentes tem limites e que estes devem ser respeitados;

- ∴ a consideração da especificidade do conteúdo funcional dos trabalhadores não docentes, porque não nos conformamos e a sociedade portuguesa não se pode conformar a que quem trabalha numa escola, com crianças e jovens, lidando com



eles no dia-a-dia, não tenha exigências próprias de formação inicial e contínua, obrigações específicas de actuação profissional diária e portanto um enquadramento de carreira diferenciado;

- ∴ a correcção do regime de avaliação dos Trabalhadores Não Docentes, eliminando-lhe os factores e procedimentos que se revelam inconsistentes, injustos e inadequados;
- ∴ a suspensão da utilização sistemática de desempregados no regime de CEI's para o desempenho de fun-

**competências e constituição do conselho pedagógico, especialmente pelas responsabilidades** deste órgão em relação à avaliação de desempenho;

- ∴ a revisão do regime de educação especial que garanta o pleno respeito pelo indivíduo com necessidades educativas especiais, acabando-se com a nossa tradicional tentação de os considerar “coitadinhos” e de adiar o acesso aos recursos humanos e materiais a que têm pleno direito;

leça e viabilize a sua capacidade investigativa e que atraia os melhores docentes e investigadores.

Sobre o ensino do português no estrangeiro, é preciso ter em especial consideração o direito das comunidades portuguesas, no que se refere ao ensino da nossa língua, e por isso a FNE vai lutar:

- ∴ Por uma boa reestruturação da Rede de cursos nos diferentes países, baseada essencialmente na defesa do ensino, que seja equilibrada



ções de carácter permanente que deveriam impor a contratação de trabalhadores não docentes para o efeito;

- ∴ a revisão do regime de transferência de competências para as autarquias locais, permitindo uma clarificação dos âmbitos de competências no que diz respeito à gestão do pessoal não docente do que pertence aos autarcas e do que pertence às direcções das escolas; **esta operação de transferência de competências não pode servir de justificação para despedimentos. Nem admitimos que os trabalhadores de uma escola andem a circular entre os jardins municipais e os serviços de reprografia da escola ou entre os canis e o apoio aos laboratórios escolares.**
- ∴ a revisão do regime de administração das escolas, particularmente no que diz respeito à organização dos departamentos curriculares e à determinação de

- ∴ um regime de oferta de educação para a infância que receba as crianças logo que para tal as Famílias o requeiram, tornando-a obrigatória ao nível dos 5 anos de idade, gratuita ao nível dos 3 e 4 anos e assegurada por docentes com formação para o efeito entre os 0 e os 3 anos, sempre com o apoio indispensável do número de Trabalhadores Não Docentes que for necessário;
- ∴ um regime de funcionamento do ensino superior que respeite a autonomia das instituições, que forta-

no número de cursos e no número de horas e de alunos por curso e que integre todos os alunos que desejem aprender Português;

- ∴ Pela abertura atempada do concurso nacional anual para o EPE;
- ∴ Pela actualização das tabelas salariais do EPE e alteração da actual estrutura das mesmas, de forma que os professores sejam pagos de acordo com o número de horas de trabalho e não segundo percentagens, devendo ser aplicada esta regra também ao tempo de serviço.

**Quem não faz  
Greve não é  
solidário!**



O Congresso debruçou-se também sobre o ensino privado, nas suas diversas vertentes, o qual constitui uma realidade que a FNE não desvaloriza, porque se trata de proteger e obter melhores condições de trabalho para milhares de trabalhadores docentes e não docentes que nele trabalham, para além de reivindicar que a educação e o ensino nele ministrados tenham níveis de elevada exigência e cumpram os objectivos gerais da Educação.

Em conclusão, o Congresso Nacional da FNE sublinhou as opções fundamentais da acção que deve ser desenvolvida no quadriénio.

Queremos uma melhor educação em Portugal. Queremos contribuir para que, de uma vez por todas, se trilhem caminhos seguros e consistentes que promovam a imagem da escola e que assegurem melhores resultados escolares, resultados que sejam reais e não meras operações estatísticas que nunca serão capazes de resolver as insuficiências estruturais da nossa sociedade.

Queremos que acabe este sentimento de desmotivação e até de mal estar que assalta os profissionais da educação, cansados de serem chamados a serem responsáveis pela concretização de uma sucessão de medidas incoerentes que, como tal, só nos desgastam, e não contribuem para que os resultados esperados se alcancem. Apesar de um assinalável desenvolvimento em múltiplas variáveis, a verdade é que continuamos com elevadas taxas de abandono e de insucesso, e se mantêm elevadas desigualdades sociais.

Queremos que acabe esta sensação de impotência de uma escola na qual se depositaram sucessivamente novas e mais complexas responsabilidades e uma excessiva expectativa, mas que não se reorganizou nem se adaptou para estas novas exigências, deixando os seus profissionais abandonados à responsabilidade solitária de assegurarem respostas para as quais não lhes têm sido facultados os meios nem os recursos. E sem que se

tenham redefinido as responsabilidades e o mandato de outros agentes sociais para que, em articulação com a escola, se assegure o desenvolvimento educativo que apregoamos.

Queremos que acabe esta teia de normativos em que se enreda o dia-a-dia de cada escola, que retira autonomia aos seus profissionais, que não estimula o trabalho reflexivo e em equipa, porque os afunda em papéis de duvidosa utilidade, em reuniões formais de nulos resultados, e em que a intervenção inspectiva procura mais a adequação normativa, em vez dos processos indutores de qualidade pedagógica.

É preciso reinstalar esperança e confiança nas escolas.

Para isso, é preciso acreditar nos profissionais que aí trabalham; é preciso confiar na sua capacidade de decisão; é preciso estimulá-los a melhorarem a sua prestação profissional. Aqui, na FNE, é por isso que nos batemos.

**Vais ganhar menos,  
pagar mais e ficas quieto?**



# SAUDAÇÃO À **GREVE GERAL** DE 24 DE NOVEMBRO

O Orçamento do Estado que o Governo apresentou para 2011 constitui um assalto violento aos trabalhadores portugueses da Administração Pública, causando uma brutal baixa nos seus salários e um impacto muito negativo sobre o emprego.

Trata-se de um conjunto insuportável de medidas, através das quais se exige a todos os Trabalhadores da Administração Pública o esforço mais exorbitante dos últimos 30 anos em Portugal.

Estas medidas:

- ∴ Traduzem uma redução inaceitável e insustentável dos salários dos Trabalhadores da Administração Pública de contornos legais bem duvidosos;
- ∴ Atacam os direitos dos pensionistas, com o congelamento das suas pensões e o agravamento da carga fiscal;
- ∴ Reduzem, com total insensibilidade humana e social, as comparticipações, nomeadamente na saúde, na educação, nas prestações sociais e abono de família e nas deduções fiscais das famílias e dos portugueses;
- ∴ Prenunciam milhares de despedimentos na educação, por via da redução das cargas curriculares, e da consequente não renovação de contratos;

- ∴ Colocam milhares de docentes em situação de mobilidade voluntária e em mobilidade especial;
- ∴ Demonstram a total incapacidade do Governo e em particular do Ministério das Finanças em fazer uma gestão competente da Administração Pública;
- ∴ Colocam claramente em causa o Estado Social, ou seja um Estado que proteja os mais desfavorecidos e que seja exigente consigo próprio.

Um tal Orçamento vai promover uma recessão sem precedentes, um aumento brutal do desemprego, vai agravar as disparidades sociais e sobretudo não prevê nem garante medidas fiscais justas nem um combate eficaz à fraude e à evasão fiscais.

Perante uma tal dimensão das medidas constantes deste Orçamento, torna-se essencial que a greve de 24 de Novembro constitua uma exigência sem precedentes para que o Governo assegure a mudança de políticas, assegurando níveis de equidade e de coesão social incontornáveis em nome da justiça e da coesão sociais.

Ao conjunto de medidas socialmente intoleráveis apontadas no Orçamento de Estado para 2011 exige-se uma resposta adequada dos trabalhadores e dos seus Sindicatos.

A Greve Geral constitui assim uma necessidade para exigir uma mudança deste paradigma de medidas de combate ao estado das finanças públicas do País.

Perante esta afronta aos Trabalhadores da Administração Pública e ao desinvestimento cego na educação, o Congresso da FNE, reunido em Aveiro nos dias 23 e 24 de Outubro de 2010 decide:

1. Saudar a Greve Geral convocada para o dia 24 de Novembro;
2. Manifestar a necessidade de se realizar um amplo esclarecimento junto dos docentes e não docentes por parte dos Sindicatos da FNE, no sentido de expressarem o descontentamento face às políticas anti-sociais do actual Governo, para o êxito da Greve Geral;
3. Apelar a todos os docentes e não docentes para que se mobilizem em torno desta jornada de luta e para que se assumam como impulsionadores e dinamizadores da Greve Geral do próximo dia 24 de Novembro, contribuindo para o seu êxito;
4. Manifestar a sua total disponibilidade para fazer convergir esforços com as demais organizações sindicais, em torno da luta contra as medidas de austeridade apontadas no Orçamento de Estado para 2011.



# Só há uma resposta! Greve!

## APOSTAR NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

As medidas que o Governo pretende impor no âmbito do Orçamento de Estado para a Educação em 2011 implica o segundo maior corte a nível dos ministérios, atingindo o valor de 800 milhões de euros, ou seja, menos 11,2 % em relação a 2010.

Os cortes que são apontados para a educação constituem a completa negação do discurso político que os últimos anos de governação ditaram em prol da escola pública e no investimento de um ensino de qualidade.

O corte violento de 800 milhões de euros na educação irá repercutir-se inevitavelmente:

- ∴ No incumprimento das metas educativas recentemente fixadas pelo Ministério da educação, nomeadamente no que respeita à redução

das elevadas taxas de insucesso e abandono escolar;

- ∴ No atraso do alargamento efectivo da escolaridade obrigatória para os doze anos de escolaridade com o carácter universal;
- ∴ Nas condições em que as famílias suportarão os elevados encargos impostos aos alunos, face ao seu empobrecimento e à fragilização da acção social escolar;
- ∴ No normal funcionamento das escolas e agrupamentos, agravando as condições de funcionamento interno, nomeadamente no plano pedagógico;
- ∴ No agravamento da instabilidade e precariedade dos docentes com o impedimento de realização de concurso, em 2011;

- ∴ No aumento colossal do número de professores desempregados;

- ∴ Na degradação das condições de trabalho nas escolas, quer de docentes quer de não docentes.

### Recusamos este caminho!

Face a esta situação gravíssima, o Congresso da FNE, reunido em Aveiro nos dias 23 e 24 de Outubro de 2010, mandou o secretariado nacional que foi eleito neste Congresso para que no mais curto prazo de tempo, solicite reuniões aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, denunciando as consequências que resultariam da aplicação cega de tais medidas, influenciando-os no sentido de que medidas de tal gravidade contra uma educação de qualidade não fiquem a constar na versão final do Orçamento de Estado para 2011.



# A **GREVE** É A RESPOSTA ADEQUADA À DIMENSÃO DA INJUSTIÇA DAS MEDIDAS DETERMINADAS PELO GOVERNO

O conjunto de medidas que o Governo já anunciou que vai estabelecer sob a forma de lei constitui um ataque sem precedentes aos trabalhadores portugueses, e particularmente aos da administração pública, nomeadamente os da educação, docentes e não docentes, assumindo ainda proporções inaceitáveis em relação aos trabalhadores aposentados.

**Perante medidas de tal brutalidade, a resposta dos trabalhadores e dos seus sindicatos não pode deixar de ter idêntica dimensão.**

Aquando da determinação das decisões que constituíram o chamado PEC II, a FNE exigiu:

- a) que as medidas escolhidas correspondessem à efectiva dimensão da resposta que deveria ser adoptada para eliminar os problemas económicos identificados;
- b) que se estabelecesse um mecanismo de controlo e acompanhamento, para que se garantisse a sua aplicação em conformidade com os objectivos definidos.

Era então claro para a FNE, e tendo em conta a responsabilidade de quem identificava tais medidas e a sua própria dimensão, que era inadmissível que elas não fossem as suficientes para que não se voltassem a pedir novos sacrifícios aos trabalhadores.

A verdade é que aquelas medidas, que foram anunciadas como suficientes, foram mal aplicadas, **sem que o Governo**

**tenha prestado contas sobre o que fez ao esforço já realizado**, já que impõe agora novos constrangimentos que têm consequências que vão perdurar por muitos anos. Com efeito, esta quebra salarial já determinada, só daqui a muitos anos é que poderá ser ultrapassada.

A propósito, impõe-se lembrar que **os trabalhadores portugueses da administração pública já viram congelada a consideração do seu tempo de serviço prestado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007 e que acumularam até 2009, cerca de 10% de perdas salariais sucessivas** que o aumento de 2,9%, determinado em 2009, obviamente não cobriu.

Deste modo, quem falhou no compromisso que antes assumiu não nos merece confiança para as decisões que agora anuncia. É legítima, portanto, toda a insegurança e desconfiança. E sobretudo **é imperioso exigir o fim das políticas de empobrecimento dos trabalhadores portugueses.**

Alguns querem fazer-nos crer que estas novas medidas que agora nos querem impor estão em linha com as que outros



# Se andas distraído, estás dispensado de fazer Greve!

países determinaram para responderem a situações de idêntica natureza e dimensão. Esquecem-se, no entanto, de referir que os salários dos portugueses estão entre os mais baixos da União Europeia e que, nalguns casos, qualquer diminuição de salário representa a passagem para situações de pobreza inaceitáveis.

Mas, mesmo em relação às medidas agora anunciadas, surgem-nos fundadas dúvidas sobre o seu real impacto. Com efeito, orientações cegas de congelamento universal do investimento público só podem ter como efeito o aumento do desemprego. O crescimento do IVA, se não for acompanhado por medidas concretas e activas de combate à evasão e à fraude fiscais, poderá não ter por consequência as receitas fiscais que se esperam. A alteração dos escalões do IRS pode não ter o impacto esperado se, como se tem visto, os mais altos rendimentos conseguirem encontrar fórmulas de não serem considerados.

A acrescer a tudo isto, e com impacto particular na área da educação, não se pode deixar de denunciar as consequências que a este nível decorrem da decisão de diminuir as transferências financeiras para as autarquias. O cinismo que aqui se demonstra tem uma dimensão que não pode deixar de ser evidenciada e considerada intolerável: quando as autarquias acederam receber um acréscimo significativo de responsabilidades, em

termos de construção e manutenção dos centros escolares, do funcionamento das AEC, da gestão dos trabalhadores não docentes, da disponibilização dos apoios sócio-educativos, e da garantia do funcionamento dos transportes escolares, o Governo decide reduzir as compensações financeiras que um tal acréscimo de responsabilidades deveria significar. Deste modo, o que está em causa é também o serviço público de educação.

É, pois, **legítima a indignação dos trabalhadores da administração pública portuguesa**, porque:

- ∴ Vêm desconsiderado o esforço que sucessivamente têm sido chamados a realizar, em nome do interesse nacional;
- ∴ É preciso acabar com políticas lesivas e gravosas de salários e pensões;
- ∴ Continuam a considerar que não são adoptadas medidas claras de combate ao desperdício, nomeadamente quando vêem todos os dias competentes trabalhadores da administração pública a serem substituídos por assessorias de muito duvidosa relevância e de absoluta inutilidade pública;
- ∴ Discordam da diminuição de condições para a consolidação de um serviço público de educação de qualidade.

**Impõe-se, pois, que os trabalhadores da administração pública digam ao Governo com firmeza e determinação:**

- ∴ **basta de PEC's assentes na desvalorização de salários e pensões;**
- ∴ **o Estado deve eliminar os desperdícios de cada dia;**
- ∴ **chega de austeridade pela austeridade;**
- ∴ **exigem-se medidas eficazes de promoção de políticas fiscais justas.**

É fundamental que, perante tal manifestação de indignação, o Governo se disponibilize para:

- ∴ **garantir um serviço público de educação de qualidade;**
- ∴ **reformular as orientações anunciadas, no sentido de eliminar o seu impacto sobre os salários e pensões;**
- ∴ **assumir medidas justas de combate ao desperdício no Estado e no sector empresarial do Estado;**
- ∴ **negociar políticas fiscais justas;**
- ∴ **estabelecer mecanismos com participação das organizações sindicais para acompanhamento do impacto das medidas que vierem a ser adoptadas.**



24

NOVEMBRO

educação  
em  
**Greve**  
geral

administração  
pública

fne  
federação nacional  
da educação